

# A SOCIOLOGIA DOS CORPOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E IDENTIDADES NA UNIVALE

## SOCIOLOGY OF THE BODY IN HIGHER EDUCATION: AFFIRMATIVE ACTIONS AND IDENTITIES AT UNIVALE

Edmarcius Carvalho Novaes<sup>1</sup>

Tiago de Castro Silva<sup>2</sup>

Adriana Mara Pimentel Maia Portugal<sup>3</sup>

Adriana de Oliveira Leite Coelho<sup>4</sup>

Sara Edwrigens Barros Silva<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo investiga, a partir de vivências de estudantes da Universidade Vale do Rio Doce que se identificam como pertencentes a grupos historicamente excluídos (em especial, pessoas com deficiência, membros da comunidade LGBTQIAPN+, ou pertencentes à população negra), como estes percebem a execução de ações afirmativas institucionais e seus possíveis impactos em suas trajetórias acadêmicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que utiliza de entrevistas semiestruturadas, cujos resultados são analisados à luz do *corpus* teórico da Sociologia dos Corpos (Le Breton, 2006). Os estudantes entrevistados relataram que a Universidade reconhece e responde suas dimensões corporais, incluindo aspectos físicos, identidades de gênero, orientação sexual, deficiências e heranças culturais. Entendem como importante o fato de serem acolhidos, tratados de maneira igualitária e apoiados em suas necessidades específicas, mesmo havendo questões em que é preciso avançar. Conclui-se que quando as políticas institucionais são formuladas e implementadas levando em consideração a diversidade e as dimensões corporais dos indivíduos, há impactos significativos em suas vidas, permitindo a permanência em seus estudos com experiências acadêmicas exitosas e inclusivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ações afirmativas; ensino superior; sociologia dos corpos; acesso e permanência; inclusão.

**ABSTRACT:** This article investigates, based on the experiences of students at Universidade Vale do Rio Doce who identify themselves as belonging to historically excluded groups (in particular, people with disabilities, members of the LGBTQIAPN+ community, or belonging to the black population), how they perceive the execution of institutional affirmative actions and their possible impacts on their academic trajectories. This is a qualitative research, exploratory and descriptive, which uses semi-structured interviews, the results of which are analyzed in light of the theoretical corpus of the Sociology of Bodies (Le Breton, 2006). The students interviewed reported that the University recognizes and responds to their body dimensions, including physical aspects, gender identities, sexual orientation, disabilities and cultural heritage. They understand how important it is to be welcomed, treated equally and supported in their specific needs, even if there are issues where progress needs to be made. It is concluded that when institutional policies are formulated and implemented taking into account the diversity and body dimensions of individuals, allowing you to continue your studies with successful and inclusive academic experiences.

**KEYWORDS:** Affirmative actions; higher education; sociology of bodies; access and permanence; inclusion.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce.

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce. Bolsista de Iniciação Científica BIC Univale.

<sup>3</sup> Mestrado em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Professora nos cursos de Psicologia, Direito, Administração e Gestão de Recursos Humanos na Universidade Vale do Rio Doce.

<sup>4</sup> Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-reitora Pós-graduação Pesquisa Extensão da Universidade Vale do Rio Doce.

<sup>5</sup> Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é dedicação integral da Universidade Vale do Rio Doce.

## 1. INTRODUÇÃO

A Sociologia do Corpo é um campo de estudo que se concentra na compreensão da corporeidade humana como um fenômeno social e cultural. Explora como o corpo humano é moldado, representado e percebido dentro de contextos sociais e culturais, e como as pessoas interagem com seus próprios corpos e com os corpos dos outros.

Segundo David Le Breton (2006), a própria expressão “Sociologia do Corpo” aponta uma ambiguidade: de que “corpo” se trata? Ao falar sobre “corpo”, muitas vezes não se considera a pessoa que o habita. Isso levanta a questão fundamental sobre o que realmente se entende ao fazer referência ao “corpo” em estudos sociológicos. Portanto, qualquer investigação sobre o corpo requer a construção de seu objeto de estudo e a elucidação do que está subjacente a essa construção. Em outras palavras, é preciso entender como o conceito de corpo é moldado e compreendido em diferentes contextos socioculturais. Assim, entendemos que o corpo não é uma natureza objetiva e imutável, mas sim passível de ser moldado pelas crenças e práticas de diferentes comunidades.

Tal qual a Sociologia do Corpo explora como o corpo humano é moldado e percebido dentro de contextos sociais e culturais, as ações afirmativas são políticas que buscam corrigir as desigualdades e injustiças decorrentes dessas construções sociais. Ao considerarmos a importância das representações do corpo na sociedade, torna-se evidente que a mera existência de políticas afirmativas reconhece o papel da sociedade na marginalização de grupos historicamente excluídos, cujos corpos lhe apresentam socialmente.

As ações afirmativas são políticas que alocam recursos a serem investidos em benefício de pessoas inseridas em grupos historicamente excluídos, como a população negra, indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+ e população com adoecimento mental (Andrade et al., 2019). Considerando o contexto histórico de exclusão social, essas políticas se destacam como importantes instrumentos de promoção à inclusão e equidade. Assim como as representações do corpo são moldadas pela sociedade, a mera existência de políticas afirmativas por si só já reconhece que a sociedade desempenhou um papel que corroborou com a marginalização social desses grupos e de seus corpos. As ações afirmativas buscam, portanto, reverter essas construções sociais negativas.

Este artigo decorre do projeto de pesquisa “Políticas de Ações Afirmativas em Instituições de Ensino Superior em Governador Valadares: uma discussão sobre acesso e equidade”, vinculado ao Laboratório NIESD - Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos, da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), uma instituição de Ensino Superior

Comunitária<sup>6</sup>, na cidade de Governador Valadares (MG), e conta com o apoio financeiro da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e da Fundação Percival Farquhar, Mantenedora da Universidade. O objetivo da pesquisa é conhecer as práticas de execução das políticas afirmativas de Instituições de Ensino Superior na referida cidade (Parecer CEP n. 5.486.437).

Ao examinarmos como a Universidade reconhece e responde às dimensões corporais desses estudantes, que englobam não apenas aspectos físicos, mas também suas identidades de gênero, orientação sexual, deficiências e heranças culturais, espera-se contribuir nas reflexões sobre políticas institucionais no Ensino Superior afetas às questões da diversidade e as práticas de acessibilidade adotadas para atender as demandas de grupos historicamente excluídos da sociedade.

Diante disso, o presente artigo explora as percepções de alunos de distintos cursos de graduação da Univale que se identificam como pertencentes a grupos historicamente marginalizados, com recorte específico para acadêmicos que se identificam como pessoas com deficiência, pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ ou pertencentes à população negra. O intuito é compreender de que forma eles percebem como as ações afirmativas adotadas pela instituição são implementadas e têm impactado suas trajetórias acadêmicas dentro da universidade.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva (Vitalino, 2019), que se baseia em narrativas apresentadas neste estudo, fomentadas através da coleta de relatos de experiências de 21 estudantes matriculados na Universidade Vale do Rio Doce (Univale) que fazem parte de grupos historicamente excluídos. Ressalta-se que este estudo se concentra especificamente em estudantes que se identificam como pessoas com deficiência (9 entrevistados), pertencentes à população negra (4 entrevistados) e/ou membros da comunidade LGBTQIAPN+<sup>7</sup> (7 entrevistados).

---

<sup>6</sup> As universidades comunitárias são instituições particulares com uma dimensão pública especial, caracterizadas pela ausência de subordinação a interesses empresariais individuais ou de grupos, pela vinculação com a região ou uma ampla parte da população e pela participação da sociedade civil em seu controle e poder (Bittar, 1999).

<sup>7</sup> A sigla está em constante atualização, e não existe um órgão que determine qual é sua forma oficial. Neste artigo, optamos pelo uso do termo LGBTQIAPN+, a fim de reconhecer mais grupos de diversidade de gênero e orientações sexuais. Contudo, outras variações da sigla foram mencionadas, como LGBT e LGBTQIA+, como mencionadas pelos próprios participantes da pesquisa.

A amostragem foi realizada por meio da coleta de entrevistas conduzidas com base em um roteiro semiestruturado, realizadas de forma individual com estudantes que se incluíam nos critérios do estudo. As idades dos participantes abrangeram um intervalo de 19 a 47 anos, o que proporcionou uma representação diversificada de faixas etárias na amostra. Todas as entrevistas foram conduzidas em sala localizada nas dependências da instituição, com o objetivo de garantir a privacidade dos entrevistados e os requisitos éticos da pesquisa. Além disso, as entrevistas foram registradas em formato de áudio e todo o conteúdo gravado foi armazenado de forma online em uma pasta no Google Drive. Somente o coordenador e os pesquisadores do projeto têm acesso a essa pasta, garantindo, assim, a preservação do sigilo e a confidencialidade das informações coletadas.

O roteiro da entrevista foi estruturado em cinco etapas distintas. Na primeira etapa, foram obtidos dados sociodemográficos dos entrevistados, incluindo informações como nome, idade, gênero, estado civil, orientação sexual, ocupação, instituição de Ensino Superior que frequentam, curso, período e cidade de residência. Também foi questionado se o participante se identifica com algum dos grupos historicamente marginalizados e se utiliza serviços de atendimento especializado na instituição de Ensino Superior.

Na segunda etapa, foram realizadas perguntas que abordaram questões relacionadas ao acesso, aos processos de identificação e às experiências anteriores ao Ensino Superior, levando em consideração o grupo ao qual os participantes pertencem. Isso incluiu investigar se eles percebem a presença de outras pessoas com a mesma identidade ou situação na instituição de ensino em que estudam, quais são os motivos das dificuldades que enfrentam, se necessitam de atendimento individual devido a essas dificuldades e como descrevem suas experiências nesse contexto. Também foi questionado se eles já vivenciaram ou ainda vivenciam situações constrangedoras devido à sua identidade ou situação, e se sim, como descrevem essas experiências.

Na terceira etapa, as perguntas estavam centradas no acesso ao Ensino Superior, abordando temas como a escolha do curso e da instituição de ensino, o processo de acesso ao Ensino Superior, a participação em programas de cotas, financiamento estudantil ou descontos, bem como a compreensão das ações afirmativas e sua importância.

Na quarta etapa, foram exploradas questões relacionadas à equidade no contexto da permanência no Ensino Superior. Isso incluiu perguntas destinadas a verificar se os estudantes se sentiam tratados de maneira diferente em relação aos colegas que não compartilhavam das mesmas experiências relatadas por eles, avaliando o grau de satisfação em relação às medidas tomadas pela instituição para atender às suas necessidades educacionais específicas. Também

foi investigado o conhecimento dos estudantes sobre as ações implementadas pela universidade para lidar com as demandas acadêmicas e seu entendimento pessoal sobre o conceito de equidade no contexto de sua formação no Ensino Superior.

Por fim, na quinta etapa, foram abordadas propostas de melhorias das ações afirmativas institucionais, solicitando ao estudante que expressasse sua opinião sobre o que a instituição poderia fazer para auxiliar na continuidade dos estudos pelos discentes que possuem a mesma identidade ou situação relatada, além de abrir espaço para outra questão que porventura não tivesse sido debatida, mas que o acadêmico considerasse relevante.

No corpus teórico, a pesquisa adota a abordagem da Sociologia do Corpo de Le Breton (2006), para a análise das experiências e percepções dos participantes em relação aos seus próprios corpos dentro do ambiente acadêmico, uma vez considerar que o corpo humano não é apenas um objeto biológico, mas também um produto social e cultural, influenciado por normas, valores e representações presentes na sociedade.

Durante as análises das entrevistas, foram exploradas questões relacionadas à autoimagem, autoestima, estigma, discriminação e inclusão, aspectos centrais na análise sociológica do corpo. Por exemplo, investigamos como a percepção do corpo dos participantes influencia sua interação com o ambiente universitário, suas experiências de inclusão e exclusão dentro e fora da universidade, e suas estratégias de enfrentamento diante de desafios relacionados à identidade corporal. Essa abordagem favoreceu o entendimento sobre as complexas dinâmicas entre corpo, identidade e poder, contribuindo para uma reflexão mais aprofundada sobre as experiências dos grupos estudados e o papel das instituições de ensino na promoção da diversidade e equidade.

Nesse sentido, as narrativas dos estudantes sobre suas vivências como pessoas com deficiência, membros da população negra ou da comunidade LGBTQIAPN+ forneceram *insights* valiosos sobre como essas identidades corporais são construídas, percebidas e vivenciadas em um contexto educacional, as quais serão apresentadas a seguir.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

A gestão acadêmica da Univale nos últimos anos investiu em políticas de ações afirmativas, conforme previsto em seu Plano Institucional de Inclusão e Acessibilidade (Univale, 2019),

A instituição considera que a inclusão e acessibilidade são princípios fundamentais que norteiam seu projeto institucional. Por isto, é disponibilizado aos estudantes um serviço interno de apoio às atividades didático-pedagógicas por meio de um serviço previsto no organograma institucional desde o ano de 2008, pela Portaria Univale nº 018/2018 (Univale, 2019, p. 10).

Para isso, foi criado há 15 anos o Setor de Apoio ao Aluno da instituição, que presta apoio aos estudantes, oferecendo serviços, programas e ações com foco em garantir o acolhimento institucional e favorecer a permanência estudantil. Inicialmente, esse serviço era chamado de Setor de Atendimento ao Estudante (SAE) e estava vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. Ele se destaca por seu compromisso com a integração acadêmica, científica e social dos estudantes, além de articular ensino, pesquisa e extensão em sua atuação. Em 2018, houve uma reformulação do Setor, passando a ser nomeado como “Espaço A3 - Apoio ao Aluno” (UNIVALE, 2018). Essa mudança provavelmente reflete uma evolução na abordagem e na oferta de serviços de apoio aos alunos na instituição, adaptando-se às necessidades e demandas em constante mudança da comunidade estudantil. Tais programas, serviços e ações oferecidos visam atender também aos indicadores definidos pelo MEC em seus instrumentos de avaliação institucional (INEP, 2017) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Dentre os serviços disponibilizados, destacam-se o Serviço de Apoio Psicológico e o Serviço de Apoio Pedagógico, cujos principais objetivos incluem acolher e escutar os estudantes, focando em suas necessidades individuais. Além disso, esses serviços também visam assessorar os coordenadores dos cursos e seus colegiados, propondo intervenções para aprimorar a interação entre professores, alunos e toda a comunidade acadêmica.

Outro serviço relevante do Setor é o Serviço de Apoio à Educação Inclusiva, e visa garantir que os alunos com deficiência prossigam em suas jornadas acadêmicas ao longo de cada período letivo, com o devido suporte necessário. Para tanto, são elaborados Planos Individuais de Desenvolvimento (PIDs) de todos os alunos com deficiência que são atendidos e acompanhados. Esses planos têm como propósito, além de registrar os atendimentos, orientar e oferecer suporte aos estudantes em suas necessidades educacionais especiais. São desenvolvidos em colaboração com os professores, e em muitos casos, com o auxílio e acompanhamento dos profissionais que atuam nos apoios pedagógicos e/ou apoio psicológico, além de profissionais externos que os acompanham em suas demandas específicas.

Já em relação aos programas disponíveis, inclui-se o Programa de Aprimoramento Acadêmico, criado pela Portaria Univale nº. 024/2007, de 14 de março de 2007, o qual oferece semestralmente aos alunos matriculados na instituição, cursos de formação continuada, de

caráter extracurricular, em Língua Portuguesa, Inglês, Espanhol, Matemática, Tecnologias para Apoio a Aprendizagem e Cultura Surda e Libras, e materializam a política de nivelamento e de formação tecnológica, além de incentivar a internacionalização para os discentes. Além disso, tem-se o Programa de Monitoria Voluntária, que visa proporcionar suporte acadêmico aos estudantes com baixo desempenho e dificuldades de aprendizagem, ao mesmo tempo que desperta o interesse pela carreira docente nos estudantes que atuam como monitores, sendo selecionados pelos professores de cursos de graduação, a partir do histórico escolar e da aprovação preterida com êxito na disciplina em que passam a atuar como monitores.

Outra iniciativa promovida pelo Espaço A3 são as ações de caráter educativo. Elas visam a promoção do bem-estar no contexto universitário. No primeiro semestre letivo, anualmente, realiza-se a Jornada de Educação Inclusiva, que se caracteriza como uma oportunidade de formação continuada para todo o corpo docente da instituição, com destaque às demandas da educação especial inclusiva e de aspectos relativos à saúde mental. Já no segundo semestre letivo, realiza-se anualmente a Semana da Diversidade, que se destaca por sua capacidade de estimular o diálogo e a reflexão em torno da complexidade da diversidade humana, promovendo assim a aceitação e o respeito mútuo, com atividades propostas e organizadas com o apoio dos cursos de graduação, setores pedagógicos da instituição, além da comunidade externa, se constituindo, desta forma, em um evento de caráter extensionista. Ainda, o Espaço A3 realiza semestralmente Oficinas de Grupos Terapêuticos, com a supervisão do Serviço de Apoio Psicológico, e organiza grupos de escuta, oficinas de oratória e outras atividades educativas em parceria com o Curso de Psicologia da Univale.

### 3.2 QUE CORPOS SÃO ESSES?

A Participante 1 da pesquisa é uma mulher heterossexual e cisgênera<sup>8</sup> de 20 anos que possui deficiência visual. Ao compartilhar sua experiência no Ensino Superior, menciona que tem obtido aprendizado e destaca o desafio da inclusão. Antes de ingressar na Univale, ela havia tentado outra instituição de Ensino Superior, mas enfrentou dificuldades como a falta de recursos e a falta de compreensão em relação à sua deficiência visual, e isso a motivou a procurar a Univale como alternativa. Além disso, menciona situações constrangedoras que são vivenciadas em outros lugares, como por exemplo, “*em lojas muitas vezes, tem até algumas*

---

<sup>8</sup> Uma pessoa heterossexual e cisgênera é aquela que se identifica com seu gênero designado ao nascer (portanto, cisgênero) e só sente atração sexual pelo gênero oposto (logo, heterossexual).

*experiências que chega eu e minha mãe em alguma loja, e a vendedora, ela vem conversar de roupa com a minha mãe, talvez é para mim e ela faz perguntas relacionadas a mim, mas direcionadas à minha mãe, entendeu?”<sup>9</sup>.*

Quando questionada sobre ações afirmativas no Ensino Superior, ela expressa uma visão positiva e destaca a importância da inclusão de pessoas com deficiência na instituição. Além disso, ela sugere a possibilidade de outros grupos, como a comunidade LGBT, receberem atendimento preferencial na instituição. A Participante 1 enfatiza a importância de apoiar esses grupos e ressalta que é fundamental aprender com os desafios para contribuir para a melhoria do ambiente. Ela também observa que algumas pessoas agem sem maldade porque nunca experimentaram o preconceito, e acredita que é necessário conscientizá-las sobre essas questões.

O Participante 2 é um homem heterossexual e cisgênero de 33 anos que se identifica como deficiente auditivo. Ele relata ter enfrentado preconceito e bullying durante seus anos escolares, lamentando a falta de apoio por parte da instituição educacional naquela época, dado que haviam poucas oportunidades de discussão sobre essa questão e pouca empatia por parte dos outros. Após concluir o Ensino Médio, entrou no mercado de trabalho e posteriormente ingressou na Universidade Vale do Rio Doce (Univale), beneficiando-se de uma bolsa integral. A decisão de escolher a Univale como sua instituição de Ensino Superior foi baseada em sua reputação, custos acessíveis e qualidade dos professores. O entrevistado observa a presença de outros estudantes com deficiência auditiva e também aqueles com deficiências motoras na instituição. No entanto, ele percebe que é tratado de forma diferente em comparação com seus colegas que não enfrentam os mesmos desafios. Ele já experimentou desrespeito por sua identidade por parte de outras pessoas na instituição, porém não esclarece se o desrespeito veio por parte de outros alunos, professores ou funcionários de outros setores da Univale. Ele destaca que recebe um apoio significativo e acolhimento por parte dos profissionais do Espaço A3, o que o motiva a perseverar e não desistir da faculdade. Ele acredita que a instituição poderia direcionar mais esforços para apoiar os alunos e incentivá-los a concluir sua graduação, como maior flexibilidade na aplicação de provas e trabalhos, podendo ser aplicados em intervalos de tempo maiores.

A Participante 3 é uma mulher heterossexual e cisgênero de 42 anos que possui visão subnormal. Durante a entrevista, ela abordou a complexidade de explicar sua deficiência às pessoas, pois ainda possui alguma capacidade visual, mas não consegue perceber detalhes. Ela

---

<sup>9</sup> As falas diretas dos participantes foram citadas em itálico.

também mencionou que identificou outras pessoas com deficiências na instituição, embora não tenha encontrado ninguém com visão subnormal como a dela. A entrevistada compartilhou experiências embaraçosas em que as pessoas mostraram coisas que ela não conseguia enxergar, ressaltando assim a importância da acessibilidade em diversos ambientes, como agências bancárias e supermercados. Ela escolheu a Univale como sua instituição de Ensino Superior devido à proximidade geográfica e à disponibilidade de recursos de acessibilidade. A entrevistada expressou um forte apoio às ações afirmativas no Ensino Superior, pois acredita que desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de acesso e no fornecimento de oportunidades educacionais para indivíduos com diversas características: *“é como se fosse uma adequação para cada um, então eu tenho uma necessidade eu sou deficiente visual, a outra cadeirante, indígena que vem uma outra cultura, quilombola, a LGBT que às vezes não tem acesso a nada, foi discriminada e consegue entrar aqui para que se mantenha também existem ações que possibilitam”*. Por fim, ela sugeriu que a instituição desenvolvesse protocolos específicos para aprimorar a acessibilidade em toda a universidade: *eu acho que precisa de serem criados protocolos, acessibilidade existe um grupo de deficientes, cada um tem uma demanda de cursos tal então tem avaliação um grupo eles precisam ficar responsáveis por isso, [...] eu preciso saber se no dia da prova a letra 18 da [nome da participante ocultado] vai tá lá, sem a gente demandar, isso precisa virar protocolo, precisa haver uma padronização*.

O Participante 4 é um homem cisgênero, homossexual, com 24 anos de idade e diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Durante a entrevista, compartilhou suas experiências de dificuldades acadêmicas no Ensino Fundamental e Médio, atribuídas ao seu diagnóstico de TDAH. No entanto, ele ressaltou que, com o tratamento adequado e o apoio necessário, conseguiu notar melhorias significativas em seu desempenho. O entrevistado enfatizou a importância do acompanhamento especializado oferecido pela universidade, tanto no Espaço A3 quanto em outras instâncias. Ele também mencionou a existência de outros estudantes na instituição que enfrentam desafios semelhantes e destacou a necessidade de aumentar a conscientização sobre esses serviços entre os estudantes: *“acho que poderia melhorar a divulgação do Espaço A3. Bem... na minha vivência, no meu mundinho está perfeito, mas talvez tem outras pessoas, outros alunos, que precisam de um apoio, que não sabem que tem esse apoio educacional ou mesmo para conversar”*. Além disso, o entrevistado expressou sua gratidão pelo apoio recebido por parte de seus professores e pela adaptação do ambiente acadêmico para atender às suas necessidades. Ele ressaltou que não enfrentou nenhum problema relacionado à sua orientação sexual dentro do ambiente universitário, o que contribuiu para seu desenvolvimento de forma positiva.

O Participante 5 entrevistado é um homem cisgênero, heterossexual, com 25 anos de idade, que enfrenta desafios no processo de aprendizagem devido ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e, quando criança, passou por tratamento para hidrocefalia. Durante a entrevista, ele compartilhou que recebe acompanhamento especializado no Espaço A3, o que tem sido fundamental para melhorar suas notas acadêmicas e estabelecer uma rotina de estudos eficaz. O entrevistado revelou que sua entrada na universidade foi influenciada e apoiada por sua família. Ele compreende e apoia as políticas afirmativas que buscam afirmar a presença de grupos específicos, como pessoas negras e aquelas com deficiências, nas instituições de ensino. Ele acredita que essas políticas desempenham um papel crucial no combate ao preconceito e na promoção da igualdade de acesso à educação. Por fim, o entrevistado enfatizou a importância de aceitar e incluir todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele ou de possuírem alguma deficiência. Isso ressalta a necessidade de criar ambientes inclusivos e acolhedores nas instituições de Ensino Superior e na sociedade em geral.

O Participante 6 é um homem cisgênero, homossexual, com 25 anos de idade, que ingressou no Ensino Superior ao conquistar uma bolsa integral por meio do vestibular social da Univale. Ele também faz acompanhamento psicológico no Espaço A3 devido ao seu diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), um transtorno que impactou seu desempenho acadêmico durante o Ensino Fundamental e Médio. Sua escolha de iniciar sua graduação na Univale foi motivada pela reputação da instituição na região e pela oportunidade de obter uma bolsa por meio do vestibular social. No entanto, ele compartilhou que enfrentou situações constrangedoras na instituição devido a comentários preconceituosos, feitos por outros estudantes, relacionados à sua orientação sexual e ao seu peso: *“Por que tô citando obesidade? Porque um colega chegou pra mim e falou assim “como você vai fazer atendimento? Você tem que perder peso, em... tá muito gordo, vai afetar muito sua carreira profissional”*. O entrevistado enfatizou a importância de adaptar provas e trabalhos para alunos com TDAH, pois muitos, incluindo ele, têm dificuldades em responder a questões abertas por escrito, mas conseguem fazê-lo de forma oral. Além disso, ele acredita que a instituição deve promover discussões mais abertas sobre temas como obesidade e pautas LGBTQIA+ para aumentar a conscientização e a relevância desses assuntos na comunidade acadêmica.

O Participante 7 é um homem cisgênero, heterossexual, com 34 anos de idade, que não faz acompanhamento individual no Espaço A3, mas já solicitou apoio desse setor devido a sua

condição de espondiloartrite<sup>10</sup>, necessitando de cadeiras adaptadas, que foram fornecidas pela instituição. Ele já possui uma graduação anterior pela Univale e recentemente iniciou uma segunda graduação devido às bolsas oferecidas pela universidade a seus egressos. O entrevistado expressou sua crença nas ações afirmativas, que têm como objetivo reduzir a disparidade entre pessoas que historicamente tiveram acesso a oportunidades educacionais e aquelas que foram excluídas dessas oportunidades. Ele reconhece a importância dessas ações, embora acredite que precisam ser aprimoradas para serem mais eficazes: *“Então eu vejo que, toda política, ela é... é difícil você conseguir alcançar aquele público específico, né, então a gente, assim... o legislador, quem vai criar a lei ou fazer a política, ele tenta de forma genérica alcançar o máximo de pessoas, mas algumas pessoas que não precisam acabam tendo acesso e outras que precisam acabam não tendo acesso, então aí que mora a ineficácia de algumas políticas, mas eu acho com certeza que é importante”*. Além disso, o entrevistado sugeriu que a Univale deveria realizar campanhas informativas mais abrangentes e contínuas, principalmente no que diz respeito ao apoio psicológico aos estudantes. Ele enfatiza a importância de oferecer esse tipo de suporte para garantir o bem-estar emocional e mental dos alunos, o que pode ser fundamental para o sucesso acadêmico.

A Participante 8 é uma mulher cisgênero heterossexual de 28 anos que enfrenta desafios devido à artropose, uma condição que afeta o desenvolvimento das articulações. Ela explicou que escolheu a Univale como sua instituição de Ensino Superior devido à facilidade de acesso, já que a universidade estava localizada próxima à sua residência, e também porque obteve uma bolsa integral. Desde sua chegada à instituição, a universidade tomou medidas significativas para melhorar a acessibilidade, incluindo a instalação de rampas e a aquisição de mesas e cadeiras adaptadas para atender às necessidades da entrevistada e de outros estudantes com condições semelhantes. A entrevistada expressou sua crescente satisfação com a Univale, especialmente devido às reformas de acessibilidade em curso, que têm contribuído para tornar o ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível para ela e seus colegas.

O Participante 9 é um homem cisgênero, heterossexual, com 22 anos de idade, diagnosticado como autista durante sua jornada universitária. Ele relatou que descobriu seu diagnóstico após iniciar a faculdade, ao conviver com um colega autista e começar a questionar a si mesmo. Decidiu então buscar ajuda psicológica externa à universidade, o que resultou no diagnóstico oficial. O entrevistado compartilhou que não enfrenta nenhum tipo de

---

<sup>10</sup> A espondiloartrite é o nome dado a um grupo de doenças inflamatórias da coluna que afetam ligamentos e tendões entre o osso e a cartilagem articular.

constrangimento na Univale devido à sua condição autista. Ele acredita que a instituição trata as pessoas de maneira justa, proporcionando oportunidades iguais a indivíduos diversos e oferecendo apoio àqueles que mais precisam. Por fim, o entrevistado sugeriu que a Univale promova mais discussões públicas sobre deficiências e conscientização: *“Eu acho que a faculdade deveria falar um pouco mais sobre deficiências em público, né, eu acho que existe muito, não necessariamente um tabu (...), então eu acho que deveriam ter, por exemplo, a faculdade deveria divulgar programas para pessoas com deficiência, esportes para cadeirantes, esse tipo de coisas. Eu acho que seria interessante, sabe? Não só iria informar mais para as pessoas que precisam, que às vezes elas podem não saber que existe essa opção aqui para elas serem auxiliadas, mas também informar ao público das pessoas neurotípicas ou pessoas sem deficiência física, ou pessoas não-LGBT, em geral, poderia informar mais elas que isso é algo normal, que não é algo que você tem que ter medo, porque a partir do momento em que você reserva um espaço pra se falar sobre isso, quando você vê fora desse espaço as pessoas podem assustar, podem não gostar, etc.”*

A Participante 10 é uma mulher cisgênero heterossexual de 19 anos que enfrenta desafios devido aos transtornos de ansiedade e transtorno obsessivo compulsivo (TOC). Durante o Ensino Médio, ela mencionou ter passado por momentos de bullying e enfrentado dificuldades devido à ansiedade, mas relatou não ter enfrentado esses problemas durante sua experiência no Ensino Superior. Quanto à inclusão de pessoas com identidades semelhantes na instituição, a entrevistada não tinha informações precisas. No entanto, ela destacou o apoio que recebeu de professores e colegas em relação ao seu transtorno de ansiedade e mencionou que a Univale é reconhecida por sua infraestrutura, apoio e oportunidades, o que a deixou satisfeita com as medidas da instituição para atender às suas necessidades educacionais específicas. Ela não tinha detalhes sobre outras ações voltadas para grupos específicos, mas acreditava que a Univale oferecia apoio para pessoas com deficiências físicas. Além disso, a entrevistada enfatizou a importância da equidade durante o processo de formação no Ensino Superior, com a necessidade de fornecer apoio adicional aos alunos com necessidades específicas. Em relação às propostas de melhoria das ações afirmativas institucionais, a entrevistada considerou que a Univale já oferecia o apoio necessário, como prazos estendidos para entregas e assistência na compreensão de provas.

O Participante 11 é um homem branco, cisgênero e homossexual de 33 anos. Ele mencionou que nunca precisou de atendimento especializado na universidade por conta de sua orientação sexual. Contudo, ele compartilhou uma experiência de discriminação e preconceito que enfrentou dentro de um grupo de uma Associação Atlética da Universidade devido à sua

orientação sexual: “*eu participava da atlética, jogava vôlei, e aí tinha o grupo de WhatsApp da modalidade e que... assim... diversas vezes, reiteradas vezes tinha-se aquelas brincadeiras que se você queria ofender alguém ia lá e chamava a pessoa de gay, se queria brincar com alguém era chamar a pessoa de gay (...). Então isso foi algo tão maçante que chegou a um ponto que eu saí do grupo por causa disso*”. Ele explicou que, após sair do grupo de WhatsApp da Atlética, medidas foram tomadas para evitar futuras ocorrências. Ele reconheceu que outras pessoas na Universidade também enfrentam situações semelhantes, atribuindo isso à persistência do machismo e preconceito na sociedade. Além disso, mencionou que, embora não precise de atendimento especializado, passou por um processo de autodescoberta em relação à sua identidade sexual.

O entrevistado compartilhou outra situação de discriminação que enfrentou em um barbeiro, fora da universidade, onde um cliente estava fazendo comentários homofóbicos: “*eu fui num barbeiro e aí eu tava lá sábado naquele movimento elevado né, aí tinha um senhor que tava com o filho dele e aí ele tava implicando com um rapaz que tava lá cortando e falando assim “ah você só não entra na família porque é gay, se você não fosse gay você namorava a minha filha” e num tom de brincadeira, entre aspas, né, mas a gente sabe que não é brincadeira*”. Ele se sentiu incomodado com a situação e questionou o exemplo que o cliente estava dando ao seu filho.

Quando questionado sobre a equidade no Ensino Superior, o entrevistado mencionou que não se sente tratado de forma diferente em relação aos seus colegas na sala de aula, mas experimentou discriminação em outras situações, como na Atlética. O entrevistado expressou que está satisfeito com a educação que recebe na instituição, mas sente falta de ações específicas voltadas para o público LGBT para combater a discriminação e melhorar o acesso. Ele mencionou que a instituição realiza algumas ações afirmativas, através do Espaço A3, e a bolsa social, mas sugeriu uma semana de combate à discriminação e eventos específicos para debater esses temas. Neste caso, vale ressaltar que a instituição já promove tais eventos, como a Semana da Diversidade, mas que provavelmente é desconhecida pelo participante.

O Participante 12 é um homem negro, cisgênero e homossexual de 33 anos. O entrevistado descreveu sua experiência na universidade como um processo de ressignificação, superando estigmas e obstáculos, especialmente de natureza socioeconômica. Ele mencionou que passou por dificuldades financeiras, mas finalmente conseguiu uma bolsa para apoiar seus estudos. Quando questionado sobre ações afirmativas no Ensino Superior, o participante enfatizou a importância de tratar todos os indivíduos com igualdade, independentemente de sua raça, classe social ou orientação sexual. Ele acredita que as ações afirmativas podem ser

eficazes quando aplicadas corretamente, desde que sejam voltadas para criar oportunidades e promover o respeito mútuo. Ele não se sente tratado de forma diferente em relação aos colegas e considera que a instituição de ensino pode melhorar sua equidade ao adotar abordagens mais individualizadas para apoiar os estudantes em situações semelhantes à sua. Em relação às melhorias das ações afirmativas institucionais, ele enfatiza a importância de considerar cada história individual e de adotar uma abordagem mais artesanal para apoiar os estudantes. O participante acredita que, com o devido direcionamento e esforço gradual, é possível promover mudanças significativas na universidade e na sociedade.

A Participante 13 é uma mulher cisgênero e bissexual, de 22 anos. Ela destacou os desafios de ser bissexual, mencionando que enfrentou preconceito e falta de compreensão em seu ambiente de trabalho: *“todo dia, pelo menos uma vez na semana, pra não ser tão dramática, eu escuto alguém comentando alguma coisa do tipo: ‘ah eu entendo gay, entendo lésbica, mas esse pessoal que gosta de todo mundo pra mim isso é... sei lá, tipo isso não existe, ou... ah dá a entender que é uma falha’*. Após ingressar na Univale, ela foi beneficiada com um programa de bolsas para discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ela expressou insatisfação com um suposto tratamento diferenciado dado aos alunos com melhores condições financeiras e destacou a necessidade de maior equidade. A entrevistada discutiu as ações afirmativas na universidade, apontando a importância de apoio e acolhimento para grupos marginalizados. Além disso, discutiu as ações da universidade para atender às necessidades dos estudantes, como grupos terapêuticos, oficinas e o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), local onde estudantes podem receber atendimento psicológico por estagiários do Curso de Psicologia, supervisionados por professores do curso, mas expressou preocupações sobre a disponibilidade desses serviços. Por fim, a participante enfatizou a importância do acolhimento e da divulgação das políticas de inclusão da universidade para que os estudantes se sintam bem-vindos e seguros em revelar sua identidade e necessidades.

O Participante 14 é um homem branco, cisgênero e homossexual de 21 anos. Em relação à sua identidade, ele relata que se sente confortável na Universidade, onde não enfrentou discriminação, e tanto seus amigos gays quanto héteros o tratam bem. Contudo, acredita que alguns estudantes LGBT na Univale podem precisar de suporte psicológico. O entrevistado obteve uma bolsa de 40% na universidade utilizando sua nota do ENEM e, posteriormente, conquistou uma bolsa de 100% pelo PROUNI em outra instituição, na qual estudou por um semestre até solicitar a transferência de volta para a Univale, ainda sendo bolsista do PROUNI. Quando questionado sobre ações afirmativas, ele associa a expressão à terapia afirmativa, que apoia a comunidade LGBT. Ele considera essas ações importantes para promover o orgulho e

a inclusão de minorias. O participante alega que não percebe tratamento diferenciado na Univale em relação a outros grupos e está satisfeito com as ações da instituição para atender suas necessidades educacionais, destacando que nunca foi maltratado por professores e se sente acolhido por eles: *“Eu queria falar que nenhum professor também nunca me destratou e eles até quando me veem com meu namorado, fala que a gente é muito bonitinho, acho muito legal isso, me sinto muito acolhido e feliz quando vejo isso”*. No entanto, ele não está ciente de ações específicas da universidade voltadas para outros grupos de estudantes. Para melhorar as ações afirmativas na Univale, o entrevistado sugere promover recursos visuais para aumentar o acolhimento, apesar de não especificar qual tipo de recurso visual, e oferecer palestras informativas sobre temas relevantes.

O Participante 15 é um homem branco, cisgênero e homossexual de 21 anos. Ele compartilhou sua experiência positiva de não ter enfrentado preconceito na instituição de ensino devido à sua identidade. Contudo, também mencionou que, embora não enfrente preconceito atualmente, já passou por situações constrangedoras na rua devido à sua orientação sexual. O entrevistado também relatou que, durante o Ensino Fundamental, teve atendimento psicológico, o que o ajudou a lidar com sua identidade. Quanto às políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, o entrevistado demonstrou apoio a essas políticas, acreditando que são importantes para apoiar grupos historicamente excluídos, como indígenas, LGBTQIA+, e pessoas com deficiência. No entanto, ele admitiu não entender completamente o conceito de ações afirmativas. Ele afirma que a Univale trata todos os estudantes de forma igual e expressou satisfação com as ações da universidade para atender às suas necessidades educacionais, destacando o Espaço A3 como um exemplo positivo. No que diz respeito à equidade durante o processo de formação no Ensino Superior, o discente afirmou que todos na universidade têm as mesmas oportunidades e não percebe desigualdades. Em relação a propostas de melhorias nas ações afirmativas institucionais, o participante sugeriu que a Universidade mantenha seu padrão atual, pois acredita que a Univale já inclui todos os estudantes de forma eficaz.

A Participante 16 é uma mulher branca, cisgênero e lésbica de 22 anos. Ela compartilha sua experiência como uma mulher lésbica na Universidade, mencionando que se sente tranquila devido à diversidade presente no curso em que estuda. Contudo, alega já ter passado por situações de preconceito fora da instituição devido à sua orientação sexual: *“estava em uma rua próximo ao cursinho que eu fazia junto com minha ex-namorada, e aí passou um cara com uma criança no colo e começou a falar muitas coisas, que eu não era de Deus, que a gente ia pro inferno”*. Além disso, acredita que outras pessoas com a mesma identidade que a dela também se sentem bem na faculdade e não enfrentam dificuldades específicas no ambiente universitário.

A entrevistada relata que o processo de entrada na universidade foi tranquilo e que recebe desconto por ter estudado em escola pública. Em relação à equidade e permanência no Ensino Superior, a discente afirma que não se sente tratada de forma diferente em relação aos colegas e está satisfeita com as ações da instituição para atender às suas necessidades educacionais. Ela menciona o Espaço A3 como uma iniciativa que auxilia pessoas com deficiência e outras necessidades. Por fim, a participante sugere a implementação de cotas e movimentos que validem as pessoas com identidades similares à dela como uma forma de melhorar as ações afirmativas institucionais.

O Participante 17 é um homem cisgênero e homossexual de 20 anos. Ele compartilhou sua experiência como um homem gay na universidade, destacando a diferença em relação ao ambiente mais aberto para discussões sobre identidade, gênero e sexualidade em comparação com o ensino médio, feito em uma escola católica. Apesar disso, o entrevistado menciona que obteve importantes figuras de apoio durante sua trajetória escolar, como um professor homossexual e amigos. Ele mencionou que há outras pessoas com a mesma identidade na Univale e enfatizou a importância de incentivar discussões sérias sobre questões de gênero e sexualidade. O entrevistado alega que, em geral, não se sente tratado de forma diferente na universidade, embora já tenha notado tratamento diferenciado por parte de alguns professores e colegas no passado, mas isso não afetou significativamente sua experiência. Além disso, ele expressou satisfação com as ações afirmativas da Univale e sua ênfase na inclusão de minorias, mas aponta que a instituição poderia ser mais ativa nas redes sociais em relação a tópicos relevantes, como o mês do orgulho LGBTQIA+. Por fim, o discente discutiu as dificuldades que pessoas transgênero, travestis e outros grupos enfrentam para continuar seus estudos devido a questões financeiras e sociais, mas reconheceu que a culpa não recai sobre a Univale, mas sim em questões sistêmicas mais amplas,

A Participante 18 é uma mulher negra, cisgênero e heterossexual e atualmente está em sua segunda graduação pela Univale. Ela disse que não recebeu atendimento especializado durante sua segunda graduação, mas na primeira fez uso do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e da Clínica Dentária no Campus II, devido a conflitos familiares. Ela menciona que a experiência no Ensino Fundamental foi marcada por racismo e dificuldades, pois a negritude não era discutida em casa ou na escola naquela época. A participante acredita que outros alunos negros na Univale podem enfrentar situações semelhantes devido à falta de abordagem antirracista por parte de alguns professores. Ela acredita que ações afirmativas no Ensino Superior são importantes para acolher alunos de minorias e mencionou que eventos com horas complementares poderiam aumentar o interesse dos alunos por essas questões. A entrevistada

também destaca a importância de sensibilizar os professores e incluir essas temáticas nas reuniões institucionais: *“eu estou satisfeita, eu vejo movimento dos professores para trazer o tema da negritude em sala de aula em determinadas matérias, eu vejo o empenho de alguns professores nesse sentido. Eu, a minha sugestão, a minha insatisfação é que nem todos os professores sabem se colocar com respeito a esse tema, então eu acho que deveria haver uma formação entre os professores, sabe?”* Ela valoriza as ações da Univale, como eventos e programas de apoio, e sugere mais eventos relacionados a questões de minorias. Ela também enfatiza a importância da pesquisa acadêmica como forma de apoio aos alunos que enfrentam desafios.

A Participante 19 é uma mulher preta, cisgênero e heterossexual de 21 anos. Diferente de outras participantes, ela prefere ser identificada como mulher preta, não negra, mas não especifica o porquê. Ela mencionou algumas dificuldades que enfrentou durante sua trajetória acadêmica, principalmente no processo de transferência de outra instituição para a Univale. A estudante é de Governador Valadares e conquistou uma bolsa de 100% pelo PROUNI em outra universidade em Guarapari, no Espírito Santo, mas durante a pandemia do coronavírus o custo de vida na cidade aumentou e ela optou por voltar a Valadares. Contudo, ainda não conseguiu transferir sua bolsa do PROUNI para a Univale. Ela explicou que se sente isolada como a única pessoa preta em sua turma e que percebe diferenças culturais em relação a seus colegas, coisa que não acontecia no Ensino Fundamental e Médio, uma vez que estudou em colégios públicos, na qual a maior parcela dos estudantes é composta por negros. Além disso, a entrevistada destacou a falta de iniciativas da universidade em relação a grupos minoritários e a falta de atendimento especializado. Ela também mencionou casos de discriminação racial em situações cotidianas fora da universidade: *“inclusive na sexta-feira da semana passada eu fui ao shopping com uma amiga minha, branca, e nós entramos numa loja, eu fiquei olhando os sapatos e ela também tava olhando. Ela foi atendida e eu tive que ficar aguardando alguém me atender”*. A discente ressaltou a importância das ações afirmativas no Ensino Superior para dar visibilidade às minorias e promover a igualdade. Ela expressou satisfação com a maioria dos professores e funcionários da universidade, mas destacou que teve problemas específicos de tratamento com o coordenador de seu curso: *“eu precisei do coordenador pra outras coisas, como por exemplo montar minha grade horária pro próximo período [...] e ele me respondeu com muita ignorância como se eu tivesse aqui há muito tempo e soubesse que aquilo ali é um fato, ele disse que eu não tinha que procurar ele naquele momento e que o momento certo seria no início do semestre, então eu não sabia, mas me respondeu de uma forma muito rude, e aí eu relatei aos meus amigos da minha turma e todo mundo falou “ah não mas ele não me trata assim,*

*nunca me tratou dessa forma, é sempre muito bem educado*". Quanto às melhorias nas ações afirmativas institucionais, a participante sugeriu a implementação de medidas como terapeutas, psicólogos e grupos de discussão para lidar com questões relacionadas à identidade e às dificuldades dos estudantes. Neste caso, vale ressaltar que a instituição já promove tais medidas, realizadas pelo Espaço A3, mas que provavelmente são desconhecidas pela participante.

O Participante 20 é um homem negro, cisgênero e bissexual de 29 anos. Ele mencionou que recebe atendimento no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da universidade devido a questões relacionadas à sua identidade, incluindo ser negro, bissexual e suspeitar ser autista. Contudo, ele ainda não possui um laudo confirmatório para o autismo. O discente compartilhou suas experiências prévias ao Ensino Superior, destacando que começou a ser consciente das questões raciais por volta dos 16 anos: *"Bom, eu ainda não tinha muita noção das questões raciais, até uns 16 anos, que foi quando comecei a sair mais de casa e a polícia começou a me dar abordagens sempre com arma, sempre agressivos"*. Antes de ingressar na universidade, enfrentou dificuldades relacionadas à sua identidade, principalmente questões familiares. O participante percebeu a presença de outras pessoas na Univale com experiências semelhantes às suas, mas afirmou que, em geral, não experimenta discriminação por parte dos professores, embora ocasionalmente ouça comentários inadequados: *"ah, dentro da Univale eu não noto por parte da equipe de professores uma discriminação, uma vez ou outra escuto comentários, mas é falta de informação e não na intenção de agredir ou algo assim, um erro de linguagem no máximo"*. Ele não encontrou dificuldades significativas no processo de admissão, pois foi aprovado nos exames de vestibular e no Enem. Além disso, também mencionou que sua mãe é professora e, por isso, obteve um desconto na mensalidade. O participante expressou sua satisfação com as ações que a Univale implementa para atender às suas necessidades educacionais específicas, especialmente o suporte oferecido pelo Espaço A3. Ele também notou a existência de adaptações de tempo de prova e outras medidas de apoio. Por fim, ele sugeriu que a universidade poderia promover a conscientização em relação às questões LGBTQIA+ e raciais, fornecer treinamento para lidar com diversas realidades e ajustar as programações para acomodar alunos de diferentes origens.

Por fim, o Participante 21 é um homem negro, cisgênero e heterossexual de 29 anos. O entrevistado relata que não recebeu apoio ou incentivo da universidade como membro da população negra, assim como outros grupos, como LGBTQIA+. O discente compartilha sua experiência de apoio psicológico no Ensino Fundamental devido à sua história e contexto familiar. Ele também menciona ter enfrentado situações constrangedoras devido à sua identidade, mas superou esses desafios. Além disso, ele percebe tratamentos distintos na

instituição, principalmente em relação àqueles que pagam mensalidades mais altas e estudam pela manhã, o que ele considera injusto. O entrevistado não se sente tratado de forma diferente em relação aos seus colegas que não compartilham da mesma identidade. Sua satisfação com as ações da instituição para atender às suas necessidades educacionais é limitada, e ele acredita que a instituição precisa evoluir e ser menos conservadora. Ele também destaca a importância da acessibilidade na instituição, especialmente em relação aos banheiros: *“acredito que além de focarmos nos negros e outras identidades, também precisaríamos focar na questão de acessibilidade na instituição, porque, sinceramente, é absurdo os banheiros que se a pessoa for um pouco maior ela não passa na porta e tem que usar o bidê. Então acredito que esse seja um tema bem importante a ser levantado futuramente, porque é chato você não ter a opção de usar o banheiro ou ter que usar um banheiro que é pra cadeirante porque as outras opções você tem que passar de lado na porta”*. No geral, o entrevistado sugere que a universidade precisa se adaptar aos tempos atuais e considerar as necessidades de grupos diversos.

#### 4. O QUE ESSES CORPOS FALAM?

Com base nas experiências compartilhadas pelos entrevistados, evidencia-se a importância da inclusão e das ações afirmativas no contexto do Ensino Superior. Cada entrevistado trouxe uma perspectiva única, realçando os desafios enfrentados em virtude de diversas deficiências e identidades. Essas experiências destacam a urgente necessidade de reforçar as ações afirmativas já realizadas pela instituição, a fim de proporcionar maior conscientização por parte da comunidade acadêmica, bem como proporcionar outras adaptações e estruturas de apoio à comunidade universitária, a fim de assegurar igualdade de acesso e oportunidades para todos os estudantes. Essas vozes individuais sublinham a importância contínua de criar um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Neste sentido, a Sociologia dos Corpos é relevante se refletir a questão, pois destaca a importância do corpo como o eixo central da existência individual e coletiva, e enfatiza como ele é fundamental na relação com o mundo e na expressão da vida através dos sistemas simbólicos compartilhados pela comunidade. Segundo Le Breton (2006)

Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade (LE BRETON, 2006, p. 7).

Nesse sentido, as entrevistas relacionam-se com o conceito de Sociologia dos Corpos de Le Breton ao destacar como os corpos dos participantes influenciam suas experiências individuais e coletivas, moldando suas interações sociais, necessidades específicas e a busca por inclusão e aceitação na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. Isso inclui a necessidade de reconhecimento, respeito, acessibilidade e políticas inclusivas para promover a igualdade de oportunidades e o bem-estar de todos os indivíduos, reconhecendo e valorizando suas características corporais e identitárias.

As experiências dos participantes 1, 2 e 3, por exemplo, refletem a forma como o corpo, especialmente com deficiência visual ou deficiência auditiva, molda sua interação com o mundo, indo desde o preconceito até a busca por oportunidades educacionais e inclusão. Já o participante 6 aborda as situações constrangedoras relacionadas à sua orientação sexual e peso, destacando como seu corpo é percebido e influencia suas interações sociais: *“Por que tô citando obesidade? Porque um colega chegou pra mim e falou assim “como você vai fazer atendimento? Você tem que perder peso, em... tá muito gordo, vai afetar muito sua carreira profissional”, e eu pensando “meu Deus já tenho vivido isso há alguns tempos da minha família que cobra eu perder peso”, e então eu fico assim... Acabam me impressionando mais, criando mais ansiedade, em vez de me ajudar eu crio mais ansiedade e compulsividade”*.

A participante 18 descreve suas experiências marcadas por racismo desde o Ensino Fundamental até a universidade. Já a participante 19 menciona a experiência de se sentir isolada como a única pessoa preta em sua turma: *“Eu não consigo me identificar com as outras pessoas da minha turma porque tem uma vida totalmente diferente da minha, uma situação econômica totalmente diferente da minha e na minha turma eu sou a única pessoa preta, só eu”*. Isso reflete a construção social do corpo preto em espaços majoritariamente brancos, destacando as dificuldades enfrentadas por estudantes que lidam com a invisibilização de suas identidades raciais.

Conforme Le Breton (2006), as representações do corpo são, na verdade, representações da pessoa como um todo. Quando descrevemos o que uma pessoa faz, seus limites, sua relação com a natureza ou com os outros, estamos, de fato, descrevendo aspectos do corpo, enquanto ser sociocultural. Portanto, as representações da pessoa e do corpo estão intrinsecamente ligadas ao território em que estão inseridas. O corpo é socialmente construído. Isso significa que as ações do corpo na esfera pública, as teorias que explicam seu funcionamento e as relações que ele mantém com a pessoa que o habita, são moldadas por normas, valores e crenças da sociedade.

Da mesma forma, as ações afirmativas reconhecem que a marginalização e exclusão de certos grupos são resultado de construções sociais e culturais que perpetuam desigualdades. Essas políticas buscam corrigir desigualdades históricas e criar oportunidades equitativas para todos. No contexto das representações do corpo, isso pode se manifestar na promoção da diversidade de corpos, o que é um aspecto importante para a inclusão e a igualdade.

Nesse sentido, a Univale, ao organizar suas ações institucionais para atender os alunos por meio de um Plano Institucional de Inclusão e Acessibilidade (Univale, 2019)<sup>11</sup> e, conseqüentemente, o Espaço A3 – Apoio ao Aluno com suas ações voltadas para grupos minoritários, está indiretamente promovendo também a diversidade de corpos dentro da instituição. A amostra analisada reconhece esta realidade, conforme citado nas entrevistas com os participantes, que se sentem acolhidos e gratos ao apoio oferecido pela universidade.

Contudo, a discriminação contra esses grupos ainda é um problema consolidado nas estruturas socioculturais e que provoca nas minorias a exclusão social, cultural e educacional. Ou seja, não apenas a exclusão nos espaços universitários, mas em toda a sociedade no geral, como relatado pelo Participante 11, que percebeu a discriminação tanto no grupo de sua atlética universitária, quanto fora da universidade em uma simples ida ao barbeiro.

Além disso, ao falar de pessoas com deficiência, Le Breton (2006) descreve como as sociedades ocidentais têm uma relação complexa e ambivalente com esse grupo. Embora haja um discurso que enfatiza a igualdade e dignidade desses indivíduos, na prática, eles enfrentam obstáculos e são frequentemente objeto de atenção e julgamento por parte de alguns membros da sociedade. Quando essas pessoas ousam se mover ou agir em público, muitas vezes são acompanhadas por olhares de curiosidade, compaixão ou reprovação por parte dos preconceituosos. Isso cria um ambiente em que as pessoas com deficiência são constantemente observadas e, de certa forma, julgadas por sua condição. Ao mesmo tempo, são objetivamente marginalizadas na sociedade. Apesar do autor mencionar especificamente o “corpo deficiente” (Le Breton, 2006, p. 73), essa linha de raciocínio também pode ser aplicada para a população negra e/ou pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, que frequentemente são vítimas de violência e preconceito.

Essa ambigüidade citada pelo autor também pode ser vista nas entrevistas. A Participante 1, por exemplo, é uma mulher com deficiência visual, que passa por situações

---

<sup>11</sup> O Plano Institucional de Inclusão e Acessibilidade da Univale (Univale, 2019) é um documento que norteia as ações da instituição para garantir um ambiente acolhedor e com formação igualitária e cidadã aos estudantes. Ele tem como objetivo promover a inclusão e a acessibilidade dos estudantes. Para isso, o Plano define três eixos de atuação: a) Acessibilidade arquitetônica, urbanística e tecnológica; b) Acessibilidade metodológica e curricular; c) Acessibilidade atitudinal e comunicativa.

constrangedoras no dia a dia, como quando visitou alguma loja e os atendentes se dirigiram diretamente à sua mãe, colocando-a em situação de dependência. A mesma ambiguidade também está presente em diversos outros relatos, como o do Participante 20, homem negro que é abordado sempre de forma agressiva pela polícia, ou os participantes que se enquadram no grupo LGBTQIAPN+ que alegaram já ter enfrentado situações constrangedoras na rua. Apesar da universidade ser vista por muitos entrevistados como um ambiente acolhedor, fora dela a situação é diferente.

Além disso, Le Breton (2006) também faz uma análise crítica do racismo e sua relação com o corpo humano, destacando como o racismo está enraizado na imaginação e nas percepções sociais do corpo, muitas vezes levando a estereótipos, preconceitos e discriminação, como os relatados pelos participantes 18, 19, e 20.

Esse enraizamento, somado à falta de debates e discussões sobre a problemática podem levar inclusive a um possível silenciamento de corpos marginalizados, como relatado pela Participante 18 ao ser questionada sobre a procura de atendimento especializado durante sua trajetória escolar: *“Precisava, mas não tive. Porque como era um assunto que não era dito, eu não tive coragem na época de procurar nem ajuda da pedagoga, nem ajuda da diretora da escola... não tive nem condições de falar em casa porque meus pais não tinham o repertório, então eu não tive condições de falar nem em casa, precisava de ajuda, mas não tive a quem recorrer”*. Nesse sentido, a implementação de políticas de ações afirmativas no Ensino Superior se torna essencial na luta contra o preconceito, contra a discriminação e promoção da equidade.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi compreender de que forma as ações afirmativas adotadas pela instituição têm impactado algumas trajetórias acadêmicas vivenciadas na Univale. Por meio das entrevistas realizadas, os estudantes enfatizaram a relevância dessas iniciativas e sublinharam a importância de aprimoramentos contínuos. Eles destacaram diversas questões relacionadas ao acesso ao Ensino Superior, como a participação em programas de cotas, políticas de descontos e bolsas, e o processo de escolha do curso e da instituição. Além disso, abordaram a necessidade de equidade na permanência no Ensino Superior, ressaltando a importância de se sentir acolhidos, tratados de maneira igualitária e apoiados em suas necessidades específicas.

A análise destas trajetórias, a partir da Sociologia do Corpo, toma-o como um local que abriga não apenas funções físicas, mas também imaginários e conexões sociais que podem ser

questionáveis. Isso significa que o corpo não é apenas uma entidade física, mas também carrega significados e interpretações sociais. Além disso, o corpo humano muitas vezes é alvo de estereótipos e preconceitos sociais. As ações afirmativas podem abordar essas questões, reconhecendo que as percepções e tratamento diferenciado de determinados grupos com base em características físicas ou identidades sociais podem afetar seu desempenho acadêmico e sua participação no Ensino Superior.

As ações afirmativas são políticas e práticas que visam promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas de minorias étnicas, socioeconômicas, de gênero, entre outras. Essas políticas reconhecem que o acesso igualitário à educação não é garantido apenas pela igualdade de oportunidades formais, mas também pela compreensão das complexas dimensões sociais e identitárias do indivíduo.

Quando as políticas institucionais são formuladas e implementadas levando em consideração a diversidade e as dimensões corporais dos indivíduos, isso pode ter um impacto significativo em suas vidas e experiências. Nesse sentido, a implantação de políticas de ação afirmativa na Universidade Vale do Rio Doce (Univale) provou ser uma ferramenta eficaz na promoção da inclusão e equidade no Ensino Superior. Ao reconhecer as desigualdades históricas e ao garantir o acesso de grupos socialmente discriminados, a instituição tem se destacado como um ambiente acadêmico representativo e acolhedor para estudantes que enfrentam barreiras e exclusão no contexto educacional.

Com base nos resultados alcançados, é de extrema importância que a Univale persista em aperfeiçoar suas políticas de ações afirmativas, levando em conta as necessidades e propostas dos estudantes. Um diálogo contínuo e a vigilância das medidas implementadas são essenciais, com o objetivo constantemente de promover um ambiente acadêmico mais inclusivo, equitativo e diversificado em suas vivências e em seus corpos.

Esperamos que esta pesquisa auxilie na promoção de práticas de gestão universitária mais inclusivas, visando proporcionar a todos os estudantes oportunidades iguais para ampliar seu potencial e alcançar o sucesso acadêmico. Os *insights* e conhecimentos adquiridos neste estudo podem ser uma referência para outras instituições de Ensino Superior interessadas em implementar políticas de ações afirmativas para promover a inclusão e a equidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. R. de .; GOMES, J. de S. .; ALMEIDA, M. N. de .; MILAGRES, Y. M. S. Ações afirmativas no Ensino Superior: o caso do Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 122–141, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64905. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64905>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BITTAR, M. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.

INEP. (2017). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Brasília, DF: Inep.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE (UNIVALE). **Plano Institucional de Inclusão e Acessibilidade – Univale (2019-2023)**. Governador Valadares, MG, 2019.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE (UNIVALE) **Resolução CONSUNI n°. 048/2018. Regulamentação do Espaço A3 – Apoio ao Aluno**. Governador Valadares, MG, 2018.

VITALINO, Adriana Lucia. **Procedimentos metodológicos em dissertações de mestrados profissionais na área de ciências sociais aplicadas: estudos de casos múltiplos no campo de públicas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11876>.